



Resposta à interpelação escrita apresentada pela Sr.^a Deputada à Assembleia Legislativa, Wong Kit Cheng

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, e tendo em consideração os pareceres da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) e da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), apresento a seguinte resposta à interpelação escrita apresentada pela Sr.^a Deputada Wong Kit Cheng em 20 de Maio de 2016, enviada a coberto do ofício da Assembleia Legislativa n.º 473/E382/V/GPAL/2016, de 30 de Maio de 2016, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 1 de Junho de 2016:

1. Segundo as informações da DSAJ, no intuito de que se deixe resolver os litígios de uma forma mais conveniente e célere nos processos judiciais, e que se responda às aspirações dos cidadãos, nos trabalhos da revisão do Código de Processo Civil em curso, o Governo da RAEM seguirá as orientações da simplificação de processo e do aumento de eficácia processual para melhorar os procedimentos do processo civil, considerando que, através de ampliação da competência do Juízo de Pequenas Causas Cíveis, se distribuam mais acções de natureza civil e de valor mais baixo ao tal Juízo. Deste modo, os conflitos de natureza civil, tais como os da infiltração de águas, passam a ser resolvidos de forma célere e adequada.

Relativamente aos trabalhos da revisão do Código de Processo Civil



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

supramencionados, após recolha e análise das opiniões dos sectores jurídico e judicial na fase preparatória, a DSAJ está a cooperar estreitamente com o Conselho Consultivo da Reforma Jurídica (CCRJ), auscultando as opiniões profissionais do seu grupo especializado e estudando a viabilidade das orientações da revisão com o Conselho. Uma vez que a revisão supra referida do Código se relaciona com o funcionamento e a prática dos sectores jurídico e judicial, bem como com os direitos e interesses dos cidadãos, é necessário, durante a melhoria dos procedimentos do processo civil, garantir um equilíbrio entre os mesmos com os direitos fundamentais dos cidadãos, bem como ponderar a viabilidade das orientações da revisão do ponto de vista técnico. Assim sendo, o Governo da RAEM auscultará, com uma atitude prudente e positiva, as opiniões dos sectores sociais e promoverá gradualmente os trabalhos da revisão do Código de Processo Civil.

2. De acordo com as Linhas de Acção Governativa do Governo da RAEM para o corrente ano, em relação aos trabalhos da revisão do Código de Processo Civil, tendo em consideração o resultado da análise das opiniões preliminares dos sectores da sociedade, o Governo da RAEM auscultará, activamente, as opiniões do CCRJ, com vista a definir, de forma avançada, o âmbito e conteúdo da revisão da lei. Actualmente, a DSAJ está a auscultar, de forma activa, as opiniões profissionais do grupo especializado do CCRJ, e irá estudar e elaborar conjuntamente a proposta de revisão concreta do Código de Processo Civil. Com base na garantia dos direitos das partes em litígio, as

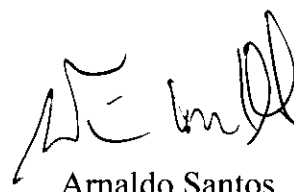


澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

orientações gerais visam a melhoria do regime do processo, com vista a economizar recursos judiciais e aumentar a eficácia processual, ponderando ainda a simplificação de processo e aceleração do processo judicial.

3. Por outro lado, no projecto do “Regulamento Geral da Construção Urbana” (RGCU) que está a ser revisto, a DSSOPT propôs a clarificação das disposições sobre a reparação e manutenção dos edifícios, tais como as exigências a impor aos condomínios relativas a vistoria, reparação e manutenção dos edifícios, a primeira ao fim de oito anos e as seguintes de cinco em cinco anos, deste modo, os respectivos trabalhos só podem ser concretizados após a conclusão da sua revisão. Com a aprovação dos projectos de lei intitulados “Regime jurídico da administração das partes comuns do condomínio” e “Lei da actividade comercial de administração de condomínios”, que estão em discussão, na especialidade, na Assembleia Legislativa, o regime de administração dos condomínios irá ser aperfeiçoado, dando apoio à divulgação e promoção dos trabalhos periódicos de reparação e manutenção dos edifícios.

O Presidente do IH,



Arnaldo Santos

1 de 2 de 2016